

RELOCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DECRESCIMENTO ECONÔMICO: PROPOSIÇÕES PARA UM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

EIXO 15: Meio ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável

Jaqueline dos Santos Gonçalves

Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável - Universidade Federal do Cariri – UFCA.

Brasil. E-mail: jaqueline_goncalves@yahoo.com.br

Suely Salgueiro Chacon

Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável. Universidade Federal do Cariri – UFCA. Brasil. E-mail: suelychacon@gmail.com

Fabiana Correia Bezerra

Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável - Universidade Federal do Cariri – UFCA.

Brasil. E-mail: fabibezerra@cariri.ufc.br

RESUMO

O processo de mudança nos conceitos de desenvolvimento vem mostrando-o como “santo graal” da sociedade. Contudo, quando esse desenvolvimento não é acompanhado da sustentabilidade, o questionamento desse conceito passa a ser inevitável. Logo, o interesse pela realização desse estudo deve-se ao processo de discussão sobre desenvolvimento, analisando-o sob uma óptica ambiental e seus limites. Tem como objetivo realizar uma reflexão sobre o surgimento de uma nova consciência em prol da natureza e do próprio homem, com especial atenção ao conceito de decrescimento econômico, medida necessária para a mudança de paradigma. Por meio de fontes bibliográficas, foi possível analisar esse conceito, sobretudo na concepção de Serge Latouche, além do parâmetro da realocação da produção capaz de promover um desenvolvimento regional sustentável.

Palavras-chaves: Realocação da produção, Serge Latouche, Desenvolvimento Regional Sustentável.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre desenvolvimento econômico ampliou-se de maneira cíclica ao longo da história. Contudo, um dos desafios atuais é melhorar a compreensão das complexas interações entre humanidade e biosfera. E uma das noções importantes da discussão sobre o desenvolvimento emergiu da abordagem do ecodesenvolvimento, depois renomeada desenvolvimento sustentável e vem sendo aprimorada, mas está longe de ter suplantado as velhas visões sobre o desenvolvimento.

Uma vez que ao buscar um desenvolvimento sustentável, fala-se hoje em um desenvolvimento, sobretudo, capitalista sustentável. Pois ao indagar sobre a questão básica de tal sustentabilidade, por vezes esse conceito, corre o risco de torna-se vazio, dando apenas legitimidade para a expansão insustentável do capitalismo (Stahel, 2001). Para tanto a superação dos modelos de desenvolvimento está a exigir uma revisão da mudança econômica de longo prazo, uma vez que aborda um desenvolvimento em um contexto de possibilidades limitadas. E, se o desenvolvimento é um fenômeno único na história, uma alternativa sólida para ele tem que ser procurada (Cavalcanti, 2001).

É nesse contexto em que as idéias de Serge Latouche se inserem como uma verdadeira crítica à sociedade do crescimento pelo crescimento. De um sistema baseado na desmedida que nos conduz ao impasse, nas palavras de Latouche (2009, p. XIV) “um crescimento infinito é incompatível com um

mundo finito e que tanto nossas produções como nossos consumos não podem ultrapassar as capacidades de regeneração da biosfera”.

Portanto, o conceito de decrescimento econômico tem como base a mudança de paradigma econômico a partir da lógica do crescimento, que por sua vez deve ser substituído por um decrescimento sereno, convivial e sustentável. Para tanto o autor sugere tal mudança através da articulação sistemática de oito parâmetros que mutualmente se reforçam num “círculo virtuoso” de oito “erres”, capazes de desencadear esse processo (Latouche, 2009).

Logo, em um contexto de desenvolvimento regional sustentável, observar o parâmetro da realocização se faz necessário. Para Latouche (2009) esse “erre” possui lugar central nesse projeto de sociedade. Pois a realocização busca renovar a velha concepção dos ecologistas do “pensar globalmente, agir localmente”, propondo assim, no decrescimento, uma inovação política e uma autonomia econômica, sobretudo, local.

Em outras palavras, a realocização produção implicará na busca da autossuficiência, sobretudo alimentar, depois econômica e financeira. Mantendo e desenvolvendo atividades básicas em cada região (Latouche, 2009). Incentivando, assim o comércio e o desenvolvimento regional, mostrando que é possível uma organização local e entre si para uma melhora na qualidade de vida de uma sociedade, “que haverão de conjugar-se em formas solidárias na construção de outro mundo” (Leff, 2001, p.129).

2 PARTE EXPERIMENTAL

O interesse pela realização desse estudo deve-se ao processo de mudança nos conceitos de desenvolvimento ao longo da história, cabendo neste momento uma reflexão sobre o surgimento de uma nova consciência em prol da natureza e do próprio homem. Nesse sentido, o trabalho objetiva apresentar o parâmetro da realocização da produção, a luz do conceito de decrescimento econômico, como estratégia para um desenvolvimento regional sustentável.

Para embasar teoricamente o trabalho, efetuou-se a princípio, um levantamento das fontes bibliográficas que contribuíram para aumentar a literatura a respeito do conceito histórico de desenvolvimento, bem como do conceito de decrescimento econômico com especial atenção ao parâmetro da realocização da produção, seguida de uma leitura atenta, crítica, analítica, e interpretativa, buscando-se respaldo em contribuições teóricas que representassem uma expressiva contribuição científica. Recorreu-se, ainda, à fontes adicionais – não menos importantes – como publicações da área na Internet. Além de documentários e entrevistas relacionadas ao assunto.

A referida pesquisa é classificada como sendo de natureza qualitativa, pois busca compreender as diversas conceituações de desenvolvimento ao longo da história na busca de apresentar o conceito de decrescimento econômico sustentável como utopia capaz de mudar o paradigma econômico de uma região através da realocização da produção. O tipo na qual a pesquisa se classifica é o descritivo, pois visa apenas descrever a realidade a respeito do tema já citado.

Enfim, a pesquisa tem uma finalidade básica, pois não visa aplicabilidade imediata, objetiva apenas um estudo aprofundado do tema proposto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O Desenvolvimento/crescimento e suas implicações teóricas

O desenvolvimento econômico tem se configurado como a mola propulsora da sociedade. Nesse sentido pode-se observar que existem diferentes correntes de pensamento econômico, uma que

considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento e outra que entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente (Souza, 2008).

Sachs é um dos pensadores que considera o desenvolvimento distinto do crescimento econômico, pois para o autor “os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza” (Sachs, 2004, p. 13).

Segundo Celso Furtado, num de seus derradeiros pronunciamentos: “só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com crescimento econômico, [...] – ali onde existir um projeto social subjacente” (Sachs, 2010, p. 9). Existem ainda correntes que consideram o desenvolvimento como uma simples ilusão, no sentido estrito do acúmulo de riqueza.

Contudo, percebe-se que, na maioria dos discursos, o desenvolvimento sempre foi vinculado ao crescimento, constituindo uma idéia paradigmática à racionalidade moderna. E nessa questão, Leff (2001) reflete que a degradação ambiental apresenta-se como um sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo predomínio de modelo de modernidade regido pela razão tecnológica sobre a natureza.

Nesse sentido Sachs (2010, p. 10) sintetiza que o desenvolvimento “não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica [...]”, pois há uma condicionalidade ambiental que é preciso respeitar. Assim, conforme Gonçalves (2002), no final da década de 1960 assistiu-se a um crescimento dos movimentos sociais, que criticavam não exclusivamente o modo de produção, mas essencialmente o modo de vida da humanidade.

3.2 O Desenvolvimento/crescimento e o meio ambiente

Visto que, a degradação ambiental, o risco de um colapso ecológico e o avanço das desigualdades (culturais, sociais, econômicas) são sinais incontestáveis da crise civilizacional do mundo globalizado, a qual alcança seu momento culminante na modernidade, cujas origens remetem à concepção de mundo que serviram de base à civilização Ocidental (Leff, 2001). “Podríamos decir que con la sociedad de crecimiento estamos montados en un bólido que, claramente, ya nadie piloto, que va a toda velocidad, y cuyo destino es chocar contra un muro o caer por un precipicio” (Latouche, 2010).

Nesse momento, Latouche (2009) vem lembrar que a sociedade já está a par da situação de “barbárie” desde a publicação de “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, de 1962, e que se reafirmou no Relatório do Clube de Roma, “Os limites do crescimento” em 1972, prevenindo de que “a busca indefinida do crescimento era incompatível com os ‘fundamentos’ do planeta” (2009, p. XII). Até se chegar à discussão da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento pelas Nações Unidas, que ficou conhecida como a Comissão de Brundtland (Camargo, 2010).

Nesta ocasião se definiu, sobretudo o conceito de desenvolvimento sustentável, “que incorpora o espírito ecológico de responsabilidade comum ao processo de desenvolvimento econômico praticado até então” (Fogliatti *et al*, 2008, p. 11). Nas palavras de Veiga (2010), a publicação do Relatório de Brundtland “forneceu uma baliza internacional sem dúvida mais precisa que as tentativas precursoras”.

Contudo, até então, segundo Brüseke (2001) o conceito de desenvolvimento sustentável tem uma concepção extremamente positiva, que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. No entanto, conforme Lemos (2008, p. 48), “o desenvolvimento só pode ser sustentável se estiver baseado em pessoas e tendo-as como primeiro referencial”.

Neste caso, para ser sustentável o sistema econômico precisa de um apoio estável, para tanto, as taxas de regeneração e absorção da biosfera devem ser respeitadas, caso contrário só restará ao processo econômico a insustentabilidade (Cavalcanti, 1997).

De fato o desenvolvimento não pode ser mais considerado como uma obra desprovida de algum limite físico – tal como o definido pelas noções de matéria e energia, governadas como o são pelas

implacáveis leis da natureza. Mas que medida o desenvolvimento pode realmente ser sustentável? Não seria mais apropriado abandonar-se a idéia do desenvolvimento e buscar-se uma nova forma de evolução do sistema econômico dentro dos confins fixados pelas leis da termodinâmica? (Cavalcanti, 2001, p. 154).

Com base na segunda lei da termodinâmica, Georgescu assinala que “as atividades econômicas gradualmente transformam energia em formas de calor tão difusas que são inutilizáveis” (Veiga, 2010, p. 111). Ou seja, a energia passa de uma condição de disponível para não-disponível, uma vez que a humanidade tira da natureza os elementos de baixa entropia que não permitem compensar a alta que ela causa. Portanto, foi através da Lei da Entropia que Georgescu-Roegen percebeu que até então a economia excluía a irreversibilidade do tempo, ou seja, a não reversibilidade das transformações da energia e da matéria. “Não pode mais produzir geladeiras, carros ou aviões a reação ‘melhores e maiores’ sem produzir também resíduos ‘melhores e maiores’” (Georgescu-Roegen, 1994, p. 63 *apud* Latouche, 2009, p. 15).

Portanto, disso decorre, uma “impossibilidade de um crescimento infinito num mundo finito e a necessidade de substituir a ciência tradicional por uma bioeconomia, ou seja, pensar a economia no seio da biosfera” (Latouche, 2009, p. 15-16). Logo, para Georgescu-Roegen (1976 *apud* Veiga, 2010, p. 112), “em algum momento do futuro, a humanidade deverá apoiar a continuidade de seu desenvolvimento na retração, isto é, com o decréscimo do produto. O oposto do sucedido nos últimos dez mil anos”.

Conclui-se, portanto que, ao paradigma econômico dominante de desenvolvimento, entendido como a ênfase dada aos aumentos de produtividade e ao crescimento, sobretudo nas sociedades industriais, surge fatores limitantes a sua manutenção. Veiga (2010) observa que seja qual for o resultado de toda essa colossal polêmica, o que está evidente é que as medidas de crescimento adotadas pelo homem não estão em vias de conciliação com a conservação da natureza, e que essa ação não se trata de algo que se possa conseguir em curto prazo.

3.3 O Desenvolvimento/crescimento e a mudança de paradigma

Desse modo é preciso observar o desenvolvimento sob um novo paradigma econômico, que exigirá mudanças culturais, estruturais, políticas, econômicas e, sobretudo, sociais; portanto, para rever de maneira profunda o atual modelo de progresso de uma sociedade do crescimento perpétuo. Essas, entre outras, configuram algumas das idéias a que se propõe Serge Latouche em suas contribuições acerca do desenvolvimento.

De acordo com Latouche (2009), a sociedade atual partiu de uma sociedade englobada por uma economia cuja finalidade é apenas o crescimento pelo crescimento. Nesse ponto, Leff (2001) acredita que, a fatalidade consiste na negação das causas da crise socioambiental e na obsessão pelo crescimento que ultrapassa os fins da racionalidade econômica.

E nesse contexto o conceito de decrescimento surge como forma enfatizar o abandono pelo crescimento ilimitado, “cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com conseqüências desastrosas para o meio ambiente e, portanto para a humanidade” (Latouche, 2009, p. 4).

Por sua vez, segundo Latouche (2009, p. 4), o decrescimento “é um slogan político com implicações teóricas”, é, sobretudo, provocador para “salir de esa mecánica infernal” (Latouche, 2004), ou seja, “que intenta romper con el discurso eufórico del crecimiento viable, infinito y sostenible. Intenta demostrar la necesidad de un cambio de lógica” (Latouche, 2010), “que visa acabar com o

jargão politicamente correto dos dragados do produtivismo” (Ariès, 2005 *apud* Latouche, 2009, p. 4). Não é uma idéia perversa que não reproduz virtuosidade.

Diante disto Latouche (2009, p. 26) observa a sabedoria do caracol, que ensina não somente a necessária lentidão, mas uma lição ainda mais indispensável, mostrando “o caminho para se pensar uma sociedade de ‘decrecimento’, se possível sereno e convival”. A saber:

O caracol constrói a delicada arquitetura de sua concha adicionando, uma após a outra, espiras cada vez mais largas e depois cessa bruscamente e começa a fazer enrolamentos agora decrescentes. Isso porque uma única espira ainda mais larga daria à concha uma dimensão dezesseis vezes maior. Ao invés de contribuir para o bem-estar do animal, ela o sobrecarregaria. A partir de então, qualquer aumento de sua produtividade apenas serviria para paliar as dificuldades criadas por esse aumento do tamanho da concha para além dos limites fixados por sua finalidade. Passando a ponto-limite de alargamento das espiras, os problemas do excesso de crescimento multiplicam-se em progressão geométrica, ao passo que a capacidade biológica do caracol pode apenas, na melhor das hipóteses, seguir uma progressão aritmética (Latouche, 2009, p. 26).

No entanto, o crescimento econômico abraçou a razão geométrica para continuar persistindo com taxas de crescimentos cada vez mais elevados, contudo, nesse ponto é válido refletir: “Se o crescimento produzisse mecanicamente o bem-estar deveríamos viver hoje num verdadeiro paraíso” (Latouche, 2009, p. 25), tendo em vista as taxas de crescimento praticadas por diversos países. No entanto, “o que nos ameaça é bem mais o inferno” (2009, p. 25), a saber:

Si la felicidad dependiera del nivel de consumo, deberíamos ser absolutamente felices, porque consumimos 26 veces más que en tiempos de Marx. Pero las encuestas demuestran que la gente no es 20 veces más feliz, porque la felicidad es siempre subjetiva (Latouche, 2010).

Sob uma outra óptica, Latouche (2009) propõe o decrecimento como o abandono da fé ou da religião da economia, do progresso e do desenvolvimento, da mesma forma como a palavra a-teísmo é usada, nesse caso o decrecimento em termos teóricos conviria ser então denominado a-crescimento, no sentido de rejeitar o culto irracional e que idolatra o crescimento pelo crescimento. Pois conciliar crescimento econômico e sustentabilidade é uma tarefa impossível, portanto, “é preciso renunciar ao crescimento enquanto paradigma ou religião”. Uma vez que, nas palavras de Latouche (2010):

Vivimos en una sociedad de crecimiento cuya lógica no és crecer para satisfacer las necesidades, sino crecer por crecer. Crecer infinitamente, con una producción sin límites. Y, para justificarlo, el consumo debe crecer sin límites.

Latouche (2010) chama a atenção de que “o projeto de uma sociedade de decrecimento é radicalmente diferente do crescimento negativo”, pois isso apenas justificaria a dominação do imaginário do crescimento através do oximoro absurdo (ao pé da letra: “avançar recuando”). A mera diminuição da velocidade do crescimento levaria a sociedade mundial a mergulhar na incerteza, acarretando na diminuição do mínimo dispensável a qualidade de vida, uma taxa negativa de crescimento provocaria o aumento de taxas de desemprego, abandono de projetos sociais, sanitários, educativos, culturais e ambientais. Como não existe “nada pior que uma sociedade trabalhista sem trabalho”, é ainda pior “uma sociedade de crescimento na qual não há crescimento” (Latouche, 2009, p. 5). Contudo, essa condição é a que se faz presente caso não se mude de trajetória.

Por todas essas razões, o decrescimento só pode ser considerado numa ‘sociedade de decrescimento’, ou seja, no âmbito de um sistema baseado em outra lógica. Portanto, a alternativa é efetivamente: decrescimento ou barbárie! (Latouche, 2009, p. 5).

Esse pânico que seria gerado pela simples idéia de um crescimento negativo causa desespero nas sociedades de crescimento porque, segundo Latouche (2004), em entrevista extraída do documentário “La Terre vue du ciel (A terra vista do céu) de Renaud Delourme”, a sociedade moderna acredita que o crescimento se trata de algo ilimitado, Contudo:

Es este lado ‘ilimitado’ lo que supone un problema, porque creemos que es razonable – por ejemplo cuando tenemos un déficit alimentario, o de cualquier cosa, de agua, etc – forzarse a resolver este déficit, es decir, hacer crecer la cantidad de alimentos o de agua disponibles, en último término hacer crecer la salud, etc, hasta un cierto punto. Pero, hemos hecho del crecimiento una especie de ‘fetiché’ y se ha convertido en un poco ‘todo y cualquier cosa’, incluyendo el crecimiento de la contaminación, de las enfermedades, del envenenamiento, etc. por estas razones es un concepto perverso, porque en realidad es incocebible que, en un mundo finito, pueda haber un crecimiento infinito.

O excessivo crescimento econômico choca-se com a finitude da biosfera. “A capacidade regeneradora da Terra já não consegue mais seguir a demanda: o homem transforma os recursos em rejeitos mais rapidamente do que a natureza consegue transformar esses rejeitos em novos recursos” (Latouche, 2010). Segundo Capra (1996 *apud* Lemos, 2008) esse excesso de consumo/produção em conjunto com a preferência pela alta tecnologia só criam quantidades ainda maiores de coisas inúteis, que para serem fabricadas são necessárias quantidades gigantescas de energia, sobretudo não renováveis derivadas de combustíveis fósseis, e com o declínio destes, a própria energia tende a tornar-se um recurso escasso e dispendioso. No entanto, os processos de produção fazem o caminho inverso e aumentam ainda mais a exploração desses. Logo, estes fatos, “podem vir a causar perturbações ecológicas e um sofrimento humano sem precedentes” (2008, p. 52).

Contudo, Victorino (2000) reflete que os recursos da Terra são suficientes para atender às necessidades de todos os seres vivos do planeta... Se forem manejados de forma eficiente e sustentados. A alta produtividade, a tecnologia moderna e o desenvolvimento econômico podem e devem coexistir com um meio ambiente saudável. A chave para isso, entre outras, é a participação, a organização, a educação e o fortalecimento das pessoas como cidadãos (elementos presentes no discurso do decrescimento).

Portanto, a proposta do decrescimento supõe que os atrativos de uma sociedade convivial combinada com o peso das exigências de mudança, podem favorecer essa “descolonização do imaginário” e suscitar suficientes comportamentos “virtuosos” a favor de uma solução racional (Latouche, 2009).

3.4 O Decrescimento como uma utopia concreta

Latouche (2009) de forma bem realista, caracteriza o projeto do decrescimento como uma utopia, do ponto de vista da esperança e do sonho intrínseco. Longe do refúgio irreal, explora suas possíveis aplicações, configurando-se numa “utopia concreta”, pois “sem a hipótese de que um outro mundo é possível, não há política, há apenas a gestão administrativa dos homens e das coisas” (Decrop, s.d, p. 81 *apud* Latouche, 2009, p. 40-41).

Contudo, o projeto de decrescimento é revolucionário. Seja através de mudanças de cunho cultural como de estruturas jurídicas e de produção. “Tratando-se de um projeto político, sua aplicação obedece mais à ética da responsabilidade do que à ética da convicção” (Latouche, 2009, p. 92).

De acordo com Latouche (2009), por conseguinte, essa revolução exigida para construir a sociedade do decrescimento, pode ser representada pela articulação sistemática de oito mudanças que mutualmente se reforçam sintetizadas num “círculo virtuoso” de oito “erres”: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar. Oito objetivos capazes de desencadear “um processo de decrescimento sereno, convivial e sustentável” (2009, p. 42). Para tanto, em um contexto de desenvolvimento regional sustentável, observar o parâmetro da realocação se faz necessário, a saber:

Relocalizar: Produzir localmente, no que for essencial, os produtos destinados à satisfação das necessidades da população, em empresas locais financiadas pela poupança coletada localmente. Toda produção que possa ser feita em escala local para necessidades locais deveria, portanto, ser realizada localmente (Latouche, 2009, p. 43-49).

Em síntese, esses parâmetros tão necessários a sociedade de decrescimento atuam, sistematicamente, mas no que tange a realocação, atuaria nas das produções de artigos destinados a uma população com necessidades que podem ser atendidos por empresas locais. No decrescimento, ao contrário das idéias que devem ignorar fronteiras, os capitais e as mercadorias deveriam ser limitados as suas (Latouche, 2009).

Para Latouche (2009) esse “erre” possui lugar central nesse projeto de sociedade: uma vez que a realocação busca renovar a velha concepção dos ecologistas do “pensar globalmente, agir localmente”, propondo assim, no decrescimento, uma inovação política e uma autonomia econômica, sobretudo, local. Diante disto, Latouche (2009:64) então sintetiza a idéia do pensar local:

Nessa perspectiva, o local não é um microorganismo fechado, mas um nó numa rede de relações transversais virtuosas e solidárias, visando experimentar práticas de consolidação democrática (entre as quais orçamentos participativos) que permitam resistir à dominação liberal.

De acordo com Sachs (2009), os ensinamentos de Gandhi também incorporam a lógica de realocar de Latouche. Neles contêm os preceitos do “contar consigo mesmos”, mostrando que é possível uma organização local e entre si para uma melhora na qualidade de vida de uma sociedade, “que haverão de conjugar-se em formas solidárias na construção de outro mundo” (Leff, 2001, p. 129).

Em outra perspectiva, o programa da realocação implica a busca da autossuficiência, sobretudo alimentar, depois econômica e financeira. Seria mais conveniente manter e desenvolver a atividade básica em cada região: agricultura e horticultura, de preferência orgânica, respeitando as estações (Latouche, 2009). O comércio local assim será incentivado, uma vez que “um emprego precário gerado nas grandes redes de varejo destrói cinco empregos duradouros nos comércio de vizinhança” (2009:66).

Em meio as duras críticas levantadas pelos “objetores de decrescimento”, Latouche (2009, p. 109) replica que, “apesar da extrema necessidade, não se vai suprimir do dia para a noite” todos os problemas sociais e ambientais do crescimento. E acrescenta:

Será preciso tempo para realocar a produção, as trocas, os modos de vida. Trata-se de um desafio, pois apesar da urgência social e ainda que ela mexa no formigueiro político, a política ecológica não pode ser postergada para o longo prazo. Tem de começar hoje e prever suas etapas sem perder o

rumo. Aliás, seja qual for a opinião de nossos detratores, a política ecológica não tem dificuldade alguma de integrar a política social. É inclusive a condição de uma mudança que não se limite a um simples rearranjo tosco do sistema (Latouche, 2009, p. 109).

Contudo, a regionalização (ou realocização) significa: menos transporte, cadeias de produção transparentes, incitações a uma produção e a um consumo sustentáveis, uma dependência reduzida dos fluxos de capitais e das multinacionais, e maior segurança em todos os sentidos do termo. Regionalizar e reinserir a economia na sociedade local preserva o meio ambiente, que, em última instância, é a base de toda economia, propicia para cada um uma abordagem mais democrática da economia, reduz o desemprego, fortalecendo a participação (e, portanto a integração) e consolida a solidariedade, oferece novas perspectivas para uma região (Latouche, 2009).

4 CONCLUSÕES

Portanto é a própria sobrevivência da humanidade que condena a reintrodução de uma preocupação ecológica no âmago da preocupação social, política, cultural e espiritual da vida humana. Pois não só trata-se de “diminuir a velocidade da acumulação, mas também de questionar o conceito (dominante) para inverter o processo destrutivo” (Latouche, 2009, p.128).

Para tanto é preciso descolonizar o imaginário de adoração da modernidade e do progresso, sem ter receio que isso seja um retrocesso (miséria e humilhação), argumento utilizado pelos “objetores do decrescimento”, cujo fundamento é incontestável, mas este temor é ilegítimo, pois não se trata de voltar para a penúria intensificada por desigualdades insuportáveis, trata-se de compreender o sentido da vivência de bem-estar, em analogia, se esta “exige necessariamente possuir dez pares de sapatos, com frequência de má qualidade, em vez de um ou dois sólidos” (Latouche, 2009, p. 73-74).

A receita do decrescimento consiste em fazer mais e melhor com menos. Trata-se de consumir menos os recursos naturais limitados do planeta, logo, é preciso redesenhar a economia mundial que seria um feito inédito e só poderia acontecer com maciço apoio social e realizado coordenadamente, para tanto, precisa-se debater estes temas e encontrar as alternativas mais viáveis enquanto ainda se tem tempo.

Logo, a realização de uma sociedade do decrescimento tem que passar necessariamente por um reencantamento do mundo. Pois utilizar maciçamente uma energia fóssil fornecida gratuitamente pela natureza desvaloriza o trabalho humano e autoriza uma predação ilimitada das “riquezas” naturais. Disso resulta uma superabundância artificial desenfreada, “que destrói qualquer capacidade de maravilhamento diante dos dons do ‘criador’ e das capacidades artesanais da habilidade humana” (Latouche, 2009, p. 149-150).

Portanto pontua-se que o programa de decrescimento parece paradoxal, pois a implementação de proposições realistas e razoáveis tem pouca chance de ser adotada e menos ainda de culminar numa subversão total. Para isso faz-se necessário a mudança no imaginário que só a realização da utopia fecunda da sociedade autônoma e convivial podem provocar.

BIBLIOGRAFIA

Brüseke, Franz Josef (2001). O Problema do desenvolvimento sustentável. In Cavalcanti, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Recife-PE; Cortez: Fundação Joaquim Nabuco, pp. 29-40.

- Camargo, Ana Luiza de Brasil (2010). *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Campinas-SP: Papirus.
- Cavalcanti, Clóvis (1997). Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In Cavalcanti, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Recife-PE; Cortez: Fundação Joaquim Nabuco, pp. 21-40.
- Cavalcanti, Clóvis (2001). Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In Cavalcanti, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Recife-PE; Cortez: Fundação Joaquim Nabuco, pp. 153-174.
- Cortez, Henrique (2009). Consumo ético: uma forma de ‘indulgência’ ao ‘pecado’ do consumo. *Revista do Instituto Humanista Unisinos – IHU On Line*, Ano IX, Nº 295 de 01 de junho de 2009. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1244119191.0988pdf.pdf>>. Acesso em 18 Out. 2012.
- Fogliatti, Maria Cristina *et al* (2008). *Sistema de gestão ambiental para empresas*. Rio de Janeiro: Interciência.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto (2002). *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.
- Latouche, Serge (2010). *Comprar, tirar, comprar: la historia secreta de la obsolescência programada* (Documentário). Producción: Davina Breillet, guión y realización: Cosima Dannoritzer. Disponível em <<http://www.rtve.es/>>. Acesso em 12 Jan. 2012.
- Latouche, Serge (2010). Decrescimento ou barbárie! Entrevista especial com Serge Latouche. *Revista IHU On Line*. Fórum Brasileiro de Economia Solidária - 08/08/2010. Disponível em <<http://fbes.org.br>>. Acesso em 23 Set. 2012
- Latouche, Serge (2004). *La Décroissance, une utopie?: entretien avec Serge Latouche*. Production: Editions Montparnasse. Disponível em <<http://www.editionsmontparnasse.fr/video?v=CNBDAq>>. Acesso em 03 Set. 2010
- Latouche, Serge (2009). *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Leff, Enrique (2001). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Lemos, Haroldo Mattos de; Barros, Ricardo Luiz Peixoto de (2007). *O Desenvolvimento sustentável na prática*. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro das nações Unidas para o meio Ambiente.
- Lemos, José de Jesus Sousa (2008). *Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- Sachs, Ignacy (2009). *A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sachs, Ignacy (2004). *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.

Sachs, Ignacy (2010). Prefácio. In Veiga, José Eli da, *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 9-11.

Souza, Nali Jesus de (2008). *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas.

Stahel, Andri Werner (2001). Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In Cavalcanti, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Recife-PE; Cortez: Fundação Joaquim Nabuco, pp. 104-127.

Veiga, José Eli da (2010). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.

Victorino, Célia Jurema Aito (2000). *Canibais da natureza: educação ambiental, limites e qualidade de vida*. Petrópolis-RJ: Vozes.